

INTRODUÇÃO

Estudos internacionais revelaram uma associação entre imigração e utilização de métodos contraceptivos. Em Portugal, são praticamente inexistentes os estudos populacionais acerca desta temática. Em 2007 foi realizado um estudo sobre a Avaliação do Acesso aos Cuidados de Saúde e Nível de Saúde das Comunidades Imigrantes Africana e Brasileira em Portugal, no âmbito do qual foi recolhida informação sobre as práticas contraceptivas destas comunidades.

OBJECTIVOS

Estimar a prevalência e algumas características da utilização de métodos contraceptivos nas mulheres das comunidades imigrantes africana, dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), e brasileira; e comparar os dados obtidos neste estudo com os dados obtidos pelo 4º Inquérito Nacional de Saúde (INS).

MATERIAL E MÉTODOS

As populações estudadas foram mulheres dos 15-55 anos pertencentes às comunidades imigrantes africana dos PALOP e brasileira, residentes nos concelhos dos Distritos de Lisboa e Setúbal com maiores proporções dessas comunidades, de acordo com os dados dos Censos de 2001. Naturalizadas e descendentes de imigrantes, até à terceira geração, também se consideraram pertencentes a estas comunidades.

Foram seleccionadas utilizando uma metodologia de amostragem aleatória espacial por aglomerados realizada com recurso a um Sistema de Informação Geográfica (SIG), tendo sido amostrados vinte clusters (áreas fixas de 50x50 m²) em cada concelho. Foram ainda utilizadas ferramentas de *routing* disponíveis na Internet para gerar percursos destinados a guiar entrevistadores no terreno.

O questionário aplicado foi adaptado do 4ºINS e foi realizado no domicílio. As questões de saúde reprodutiva e planeamento familiar foram aplicadas a todas as mulheres em idade fértil, e pretendiam avaliar a utilização de métodos contraceptivos, o tipo de métodos utilizados, razões da não utilização de métodos contraceptivos, o local de vigilância da utilização do método contraceptivo, e a regularidade da vigilância.

Os motivos para não utilização de nenhum método contraceptivo foram analisados e foram excluídas da análise da utilização de métodos contraceptivos as mulheres que responderam estar grávidas, a planear gravidez, inactivas sexualmente, infertilidade (própria ou marido/companheiro), e na menopausa. A prevalência da utilização de diferentes métodos contraceptivos foi calculada e relacionada com variáveis sócio-demográficas e culturais, tendo sido calculadas medidas de associação.

RESULTADOS

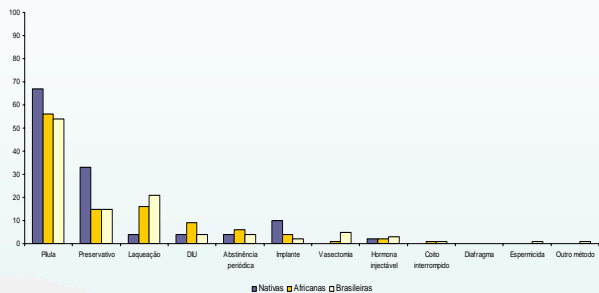
O estudo decorreu em 2007 e 1341 mulheres dos 15-55 anos responderam ao questionário. Destas, 465 foram excluídas: 67% por inactividade sexual, 11% por estarem na menopausa, 10% por estarem grávidas, 9% por quererem engravidar, e 3% por infertilidade.

Assim, a nossa amostra é constituída por 876 mulheres, das quais 65% pertenciam à comunidade imigrante africana e 35% à comunidade imigrante brasileira. Quanto à naturalidade, 54% eram de origem africana, 35% eram brasileiras e 11% eram portuguesas pertencentes à comunidade imigrante africana. A média de idades era de 32±9,2 anos e a média de residência em Portugal, de 9±7,4 anos.

Verificaram-se diferenças estatisticamente significativas entre a idade e a naturalidade das entrevistadas ($F=54,812$; $p<0,001$), sendo as nascidas em Portugal 8 e 10 anos em média mais novas do que as do Brasil e PALOP, respectivamente. As inquiridas de origem Africana residiam em Portugal em média há mais 9 anos do que as Brasileiras ($t=-21,796$; $p<0,001$).

Cerca de 89% das mulheres entrevistadas utilizavam métodos contraceptivos, percentagem ligeiramente superior a do 4º INS (87%). Como métodos contraceptivos mais utilizados: a pílula (57%); o preservativo (17%); a laqueação de trompas (16%) e o DIU (6%). Os métodos de abstinência periódica eram utilizados por 4,1% e o coito interrompido por apenas 0,8%.

Figura 1 - Utilização de métodos contraceptivos em mulheres dos 15-55 anos das comunidades imigrantes, por naturalidade (em %)



Comparativamente aos dados do INS, verificou-se que a contracepção oral (68%), seguida do preservativo (13%), eram também os métodos mais utilizados, apesar de a percentagem de utilização no nosso estudo da contracepção oral ser inferior e a do preservativo ligeiramente superior. Por outro lado, verificou-se uma percentagem superior no nosso estudo do recurso à laqueação de trompas face ao INS (6%).

A idade média das mulheres que usavam métodos contraceptivos diferiu da idade média das mulheres que não utilizavam métodos contraceptivos. A utilização da pílula era menor nas mulheres mais velhas ($F=11,117$; $p<0,05$), bem como a utilização do preservativo ($F=1,241$; $p<0,001$). Já a laqueação de trompas era mais frequente nas mulheres mais velhas.

Verificou-se uma maior frequência de utilização de contracepção com níveis mais elevados de escolaridade. Quanto ao tipo de métodos, a utilização do preservativo aumenta com o nível de escolaridade ($X^2=10,042$; $p<0,05$), enquanto que a laqueação de trompas diminui com o aumento do nível de escolaridade ($X^2=17,300$; $p<0,005$).

O controlo da natalidade relaciona-se com a naturalidade das entrevistadas ($X^2=8,845$; $p<0,05$), havendo maior controlo por parte das brasileiras (93%) e das nascidas em Portugal (93%), do que das africanas (87%). Verificou-se igualmente uma relação com significância estatística entre naturalidade e métodos contraceptivos utilizados, à excepção da pílula, que é o método mais utilizado na generalidade. O preservativo era mais utilizado pelas nativas (33%) das nascidas nos PALOP (15%) ou Brasil (15%) ($X^2=17,114$; $p<0,001$). A laqueação de trompas era mais utilizada pelas brasileiras (21%) e africanas (16%), do que pelas nativas (4%) ($X^2=14,225$; $p<0,001$). O DIU era mais utilizado pelas africanas (9%) do que pelas nascidas em Portugal (4%) ou Brasil (4%) ($X^2=6,724$; $p<0,05$). Não se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre a utilização de métodos contraceptivos e o número de anos em Portugal.

Cerca de 18% das entrevistadas já usaram a pílula de emergência. São mais as brasileiras (23%) e as nascidas em Portugal (20%) do que as africanas (15%) a terem recorrido à pílula de emergência.

Quanto à regularidade da vigilância da saúde ginecológica, 52% referiram fazê-lo pelo menos uma vez por ano, 21% só em caso de necessidade, 14% nunca fazem; e 13% fazem esporadicamente. A vigilância regular da saúde ginecológica era maior nas brasileiras (58%) e africanas (52%) do que nas nascidas em Portugal (40%) ($X^2=26,688$; $p<0,001$) ($X^2=8,707$; $p<0,05$).

CONCLUSÕES

Este estudo veio contribuir para a literatura desta área por representar a primeira análise da influência da origem e estatuto migratório, entre outros factores culturais, na utilização de métodos contraceptivos, sendo este conhecimento importante para o planeamento e monitorização nesta área. É importante salientar que se verificou uma maior utilização do preservativo nas nativas, mas uma menor vigilância regular da saúde ginecológica.